

## Comentário: Construir uma Nova Economia — dos anos 70 aos 90

João Rodrigues<sup>1</sup>

Na sua *História Económica de Portugal*, Costa et. al. (2011: 399) assinalam uma mudança intelectual importante na história recente portuguesa: “Em Portugal, nos finais da década de 1970, sob influência de economistas entretanto emigrados para os Estados Unidos, começaram a tomar voz algumas opiniões que defendiam a redução do Estado na economia. Estas críticas a práticas há muito estabelecidas no nosso país visavam sobretudo quebrar os excessos derivados das nacionalizações que tinham atingido os sectores mais importantes da economia. Defendia-se uma economia liberta da tutela do Estado porque, argumentava-se, só assim Portugal poderia fazer face aos novos passos da sua gradual abertura ao exterior, nomeadamente a adesão à CEE, que começou a ser debatida no início da década de 1980.”

Uma breve incursão pelos escritos destes “emigrados” confirma desde logo um ponto consensual na literatura internacional sobre as novas tendências na Economia e na política económica a partir do final dos anos setenta: recusando qualquer associação ao *laissez-faire*, nunca se tratou de defender uma “redução” da actividade do Estado, por si só, mas antes uma reconfiguração, conforme à expansão dos mercados, das suas funções e formas de organização. Como afirmou Beleza (1985: 31): “a liberalização é um imperativo de eficiência e de equidade”, mas “é impensável o *laissez-faire* total”.

Por sua vez, numa breve, mas sugestiva, história cultural e política dos anos oitenta, o historiador António Araújo é mais concreto, referindo a coluna “Mão Invisível”, publicada no Semanário entre 1983 e 1989, como um exemplo da “difusão do pensamento económico liberal ou neoliberal de uma geração que, de Jorge Braga de Macedo a Diogo Lucena, passando por António Borges ou pelos irmãos Pinto Barbosa, possuía ligações académicas aos Estados Unidos ou ao INSEAD de Fontainebleau e que começou um processo de internacionalização universitária “em rede” que era relativamente inédito na academia portuguesa” (Araújo, 2016: 11).

Entretanto, o historiador Jaime Reis, pai da chamada *Nova História Económica* em Portugal, resultado do impacto na história económica dos métodos da economia neoclássica, tinha já assinalado, em entrevista a José Luís Cardoso na *Análise Social* que a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL), criada em 1978 e onde todos os economistas da coluna “Mão Invisível” leccionavam, era, pelo menos até à década de noventa, “populada quase inteiramente por jovens doutorados no estrangeiro”, tendo este facto gerado na sua opinião “um ambiente invulgar para o Portugal da época, tanto para a investigação como para o ensino, como ainda para a organização de uma instituição universitária que viria a tornar-se numa das principais do mundo universitário português dos dias de hoje” (Cardoso e Reis, 2011: 496).

O “ambiente invulgar”, segundo Bastien (2000: 183), passou, na FEUNL, e também na da Universidade Católica Portuguesa, pela relativa recusa em aceitar as heterodoxias económicas

---

<sup>1</sup> Agradeço a Jorge Braga de Macedo o convite para realizar este comentário. O que não passa ainda de uma nota preliminar surge no contexto de um projecto de investigação do Centro de Estudos Sociais, coordenado por Vítor Neves, intitulado “RECON: Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (de 1980 à actualidade)”. Este projecto tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC), através de fundos nacionais, e é co-financiado pelo FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE2020.

então cultivadas noutras faculdades de economia, “aderindo do padrão norte-americano *ab initio*”, dado que “muitos professores visitantes tinham vindo de universidades nos EUA e uma parte importante dos seus próprios professores tinham obtido os seus doutoramentos nestas universidades”, sendo que este processo denotaria “a influência das tendências teóricas norte-americanas; por exemplo, da teoria das expectativas racionais e das visões monetaristas”.

Estas passagens, breves e algo sobrepostas, parecem esgotar a literatura sobre um relevante tema de história recente das ideias económicas no nosso país: assim, durante os anos setenta e oitenta, aparentemente em ruptura com as práticas de investigação e de ensino vigentes, sobretudo a partir da fundação da FEUNL, em 1978, teria emergido, ou sido decisivamente reforçada, uma nova ciência económica de matriz neoclássica, favorecida por um novo entorno institucional, de resto indissociável da expansão do ensino superior no país. Importa considerar mais concretamente os mecanismos, institucionais e intelectuais, responsáveis pela progressiva incrustação, na ciência económica e no debate público nacionais, desta Nova Economia, alinhada com tendências internacionais fortes e que moldaram a relação entre a evolução da ciência económica e da política económica numa nova fase do capitalismo transatlântico que se repercutiu nesta periferia europeia. Seis eixos exploratórios podem ser considerados neste contexto.

Em primeiro lugar, tendo sido protagonizada por uma geração de economistas com doutoramentos no estrangeiro, em particular nos EUA, obtidos nos anos setenta e oitenta, esta Nova Economia definiu-se e consolidou-se, pelo menos inicialmente, também a partir de um confronto com a economia política e a política económica saídas da revolução portuguesa de 1974, formulada por perspectivas mais ou menos estruturalistas e “dependentistas”, para usar os termos de Macedo (1982: 86). Mas também em confrontação crítica com esteios institucionais centrais dessa economia política do 25 de Abril, do sector público a determinadas formas de intervenção estadual, passando pelo papel dos sindicatos. Todos estes esteios são considerados responsáveis pelo “fechamento”, “imobilismo”, “incoerência”, em particular com a integração europeia que desde cedo se perspectiva, “rentismo”, “corporativismo”, “ineficiência”, “desequilíbrios” ou “rigidez” constitucional; outras tantas expressões usadas pelos protagonistas desta Nova Economia ao longo dos anos oitenta. Neste contexto, ganha novo sentido a importância dada à abertura e às interdependências de uma “pequena economia aberta”, descrição várias vezes trabalhada, e que se queria crescentemente integrada. A questão da abertura, como agenda de investigação e de intervenção, ao nível macro, meso e micro, é assim simultaneamente mobilizada como descrição económica positiva, mas também como prescrição normativa de política num sentido liberalizador.

Em segundo lugar, importa retomar a hipótese de que a crise económica é uma oportunidade para a afirmação de novas ideias, avaliando o impacto das crises nos anos setenta e oitenta em Portugal, parte de um padrão internacional, na afirmação desta Nova Economia. Se é verdade, como afirma Reis (2012), que o domínio da economia neoclássica pode ter contribuído para um progressivo abandono da economia portuguesa enquanto objecto de estudo, também é verdade que, pelo menos nos anos setenta e oitenta, a economia e a sociedade portuguesas estão no centro das preocupações dos economistas que se movimentavam entre as universidades norte-americanas e a FEUNL.

As razões para tal interesse estão bem patentes no diagnóstico sobre as “consequências económicas da Revolução do 25 de Abril” (“The economic consequences of the April 25th Revolution”, no título original), elaborado conjuntamente por Paul Krugman e por Jorge Braga de Macedo e publicado na revista *Economia* em 1979: “Nos últimos anos uma combinação única

de drásticos choques internos e externos transformou Portugal num campo para testar teorias económicas e sociais. Mas o campo é perigoso; as nações não são laboratórios, onde os diferentes factores podem ser estudados de forma isolada. Se há lições que podem ser aprendidas da experiência portuguesa, estas têm de se basear numa grelha teórica que permita distinguir acontecimentos onde diferentes forças operaram em simultâneo” (Krugman e Macedo, 1979: 455).

Em terceiro lugar, e sem perder de vista as circunstâncias históricas do debate económico nacional, na academia e fora dela, que permitiram a afirmação destes economistas e das suas “grelhas teóricas”, existem dois momentos de debate sobre a economia portuguesa que podem desde já ser convocados: a primeira e segunda conferências internacionais sobre economia portuguesa, realizadas em 1976 e 1979, na Fundação Calouste de Gulbenkian, em Lisboa. Numa extensa análise à primeira conferência, os Directores da Revista *Economia* – Manuel Jacinto Nunes, Alfredo de Sousa, José A. Girão e Aníbal Cavaco Silva – e o seu Secretário Executivo – Jorge Braga de Macedo – afirmam no seu primeiro número que esta primeira conferência teria sido marcada por um “conflito latente entre grupos”, com diagnósticos e prescrições muito distintas (Nunes *et al.* 1977: 155). O seu diagnóstico é claro: “a economia portuguesa não é viável mantendo-se a política de 1975” (Nunes *et al.*, 1977: 159). Portugal carece de um plano, que terá de ser encontrado “nem que seja por tacteamento” (174).

Neste contexto, e para lá do debate entre especialistas, importa identificar as articulações entre a academia e espaços não-académicos. Em primeiro lugar, temos a circulação destes novos economistas entre a academia e instituições nacionais e internacionais com influência e responsabilidade na elaboração e condução da política económica: do Banco de Portugal ao Governo, em geral, e ao Ministério das Finanças, em particular, passando pelo Banco Mundial, FMI e instituições europeias (Aníbal Cavaco Silva, Miguel Beza ou Jorge Braga de Macedo são apenas três dos mais conhecidos economistas em movimento). Em segundo lugar, temos a ocupação do espaço de opinião nos meios de comunicação social. Neste último caso, merece particular atenção a já referida coluna “Mão Invisível”, publicada entre 26 de Novembro de 1983 e 15 de Julho de 1989, num total de 123 artigos<sup>2</sup>.

Em quarto lugar, no campo propriamente científico existe uma relação entre os doutoramentos em Economia obtidos em universidades estrangeiras e a subsequente agenda de investigação, em particular a que se reflectiu em publicações académicas em revistas anglo-saxónicas, ditas “internacionais”, inaugurando, ainda que de forma inicialmente muito tímida, uma tendência que se irá generalizar a partir dos anos noventa (Mata, 1995). Por exemplo, se atentarmos nos membros da Comissão Instaladora da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa constatamos que todos eles tinham obtido doutoramentos em Economia no estrangeiro: Alfredo de Sousa (Universidade de Paris, Sorbonne, 1968), Aníbal Cavaco Silva (Universidade de York, 1975), Abel Mateus (Universidade da Pensilvânia, 1977), Manuel Pinto Barbosa (Universidade de Yale, 1977), José António Girão (Universidade de Cornell, 1972). O restante corpo docente, com a excepção de António Manuel Pinto Barbosa (ISCEF, 1941), é logo nos primeiros anos igualmente composto por doutorados (ou futuros doutorados) em universidades estrangeiras, em especial norte-americanas: António Soares Pinto Barbosa (Virginia Polytechnic and State University, 1978), Diogo Lucena (Universidade Stanford, 1978), Jaime Reis (Universidade de Oxford, 1975), Jorge Campinos (Universidade de Poitiers, 1968), Luís Pizarro Beza (MIT, 1979), Maria Emília Freire (Universidade de Berkeley, 1979), Jorge Braga de Macedo

---

<sup>2</sup> Ver quadro em Macedo (2017: 15).

(Universidade de Yale, 1979), Fernando Brito Soares (Universidade de Berkeley, 1980), Alfredo Marvão Pereira (Universidade Stanford, 1988) ou António Borges (Universidade Stanford, 1980).

Entretanto, quem consultar o *ranking* de instituições e de investigadores na área da Economia, organizado pelos economistas Miguel Portela e Paulo Guimarães, constatará que entre 1970 e a actualidade, os economistas portugueses publicaram cerca de 4509 artigos científicos em revistas internacionais da área registada na base de dados *EconLit*. Destes, 2824 são da autoria de economistas portugueses actualmente filiados em universidade portuguesas, dos quais 497 (cerca de 16%) publicados por actuais membros da FEUNL. No último ano para o qual existem registos completos, 2016, os economistas filiados em universidades portuguesas publicaram 218 artigos, bem mais, por exemplo, do que os 87 artigos publicados nas duas décadas, de 1974 a 1994. Nesse último período, quase metade (40) foram da autoria de economistas da FEUNL. Se atentarmos na primeira década para qual existem registos, de 1970 a 1980, sete dos oito artigos aí registados são da autoria de economistas que são docentes da Faculdade Economia da Universidade Nova de Lisboa em Julho de 1979 (Aníbal Cavaco Silva, António Soares Pinto Barbosa, Jorge Braga de Macedo, José António Girão e Miguel Beleza)<sup>3</sup>.

Em quinto lugar, e para lá das revistas internacionais, importa avaliar o impacto que a revista *Economia*, criada em 1977 e extinta em 2003, propriedade da Universidade Católica Portuguesa, teve na afirmação nacional de uma nova forma de entender a ciência económica, em moldes miméticos com o que se passava predominantemente no mundo anglo-saxónico (aceitação de artigos em inglês, modelização económica, etc.). Note-se que esta revista assinala precisamente a fluidez institucional entre a FEUNL e a Universidade Católica Portuguesa, marcada pela coexistência de vários professores nas duas instituições e por iniciativas conjuntas. É de resto no primeiro número desta publicação, que tem como secretário executivo o então estudante de Doutoramento em Economia na Universidade de Yale Jorge Braga de Macedo, que o então estudante de doutoramento no MIT Miguel Beleza publica, em inglês, com vários colegas dessa mesma instituição um artigo: nele apresentam um primeiro “modelo” macroeconómico para a economia portuguesa, elaborado a partir de um estudo encomendado ao MIT pelo Banco de Portugal (Abel *et al.*, 1977). Neste número, três dos quatro artigos são escritos por membros da Comissão Instaladora da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (Alfredo de Sousa, José António Girão e Aníbal Cavaco Silva), que de resto ocupam o cargo de primeiros Directores (em conjunto com Manuel Jacinto Nunes do então ISE).

Em sexto e último lugar, quem consulte alguns documentos da FEUNL, do seu primeiro “anuário”, de 1978/1979, até ao sítio da FEUNL, em 2007, constata a preocupação com uma formação centrada nos economistas entendidos como “profissionais que procuram compreender a realidade económica e social para nela intervir”. A apresentação, em 1978, do curso dito de pós-licenciatura em Economia centra-se logo numa articulação com a formação ao nível do doutoramento: “este curso pretende possibilitar uma preparação no domínio económico, pelo menos equivalente à obtenção do grau de ‘Master’ numa boa universidade estrangeira, e que seja julgado suficiente para que os indivíduos que o frequentem com aproveitamento possam, com algum esforço adicional, preparar o seu doutoramento”.

Em 1981, passa-se explicitamente a um Programa de Mestrado e Doutoramento, bem como a um MBA. Estes são apresentados, em 2007, como “pioneiros”. Também em 2007, sublinha-se que a FEUNL “seguiu o modelo das universidades norte-americanas” no ensino e na investigação e destaca-se a figura de Alfredo de Sousa, que teria “congregado à sua volta um conjunto

---

<sup>3</sup> <http://cefup-nipe-rank.eeg.uminho.pt/>

significativo de recém-doutorados em Economia, nos EUA e na Europa, criando assim ‘massa crítica’ suficiente para desencadear um processo de renovação”<sup>4</sup>. Em entrevista conjunta, publicada no livro de 2006 *Memórias de Economistas*, os irmãos António e Manuel Pinto Barbosa, dois importantes construtores da Nova Economia, afiançam precisamente que a FEUNL desempenhou um “papel catalisador”, permitindo “através de um fenómeno de concorrência, que as outras escolas reagissem e fizessem um esforço de modificação” no sentido da generalização de um “modelo novo, tipo americano” (Canha *et al.* 2006: 261-262).

A análise aqui esboçada é inspirada em dois veios científicos, que podem então ser úteis para um trabalho de história recente de ideias económicas em movimento nesta semiperiferia. Em primeiro lugar, existe hoje uma literatura sobre as causas e os efeitos da “transnacionalização” da ciência económica, enquanto prática científica institucionalizada, onde o *status* e a influência adquiridas pelos profissionais nas periferias são função de uma credenciação, conferida por instituições localizadas no centro do sistema mundial, em particular nos EUA, sendo os seus quadros teóricos, métodos e práticas de produção e difusão académicas também assim reproduzidos de forma alargada (Fourcade, 2006).

Mais concretamente, e do ponto de vista da história do pensamento económico, os movimentos das ideias do centro para a periferia, bem como as suas transmutações nessas viagens, têm sido abundantemente analisados (Mäki, 1996). Em segundo lugar, existe uma literatura sobre o neoliberalismo, enquanto projecto intelectual transatlântico, que se afirma nos anos setenta, embora tenha uma história intelectual que remonta aos vinte e trinta do século XX, com importantes traduções académicas organizadas, formando um “colectivo intelectual” internacional, ou seja, uma rede de produção e difusão de ideias (Mirowski e Plehwe, 2009). Sem esquecer que nem todos os economistas neoclássicos são neoliberais e que nem todos os neoliberais são economistas neoclássicos (basta pensar na relevante tradição heterodoxa austríaca, de Mises a Hayek, de resto com escassa repercussão em Portugal), a verdade é que a economia neoclássica que se impôs um pouco por todo o lado a partir dos anos setenta parece estar crescentemente associada a um olhar entusiástico em relação à promoção das forças do mercado (Backhouse, 2010). Por cá, não terá sido eventualmente diferente.

## Referências

- Abel, A., M. Beleza, J. Frankel, R. Hill e P. Krugman (1977), “A model of the portuguese economy”, *Economia*, 1(1): 113-120.
- Araújo, A. (2016), “A direita portuguesa contemporânea: itinerários socioeculturais”, in R. Marchi (coord.), *As direitas na democracia portuguesa – origens, percursos, mudanças e novos desafios*, Lisboa: Texto Editora, pp. 9- 56.
- Backhouse, R. (2010), “Economics”, in R. Backhouse e P. Fontaine (coords.), *The History of the Social Sciences since 1945*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Bastien, C. (2000), “The advent of modern economics in Portugal”, in B. Coats (coord.), *The Development of Economics in Western Europe since 1945*, Londres: Routledge, pp. 168-190.
- Beleza, M. (1985), “Abaixo o Corporativismo”, in AA. VV., *A Mão Invisível*, Lisboa: Edipress.

---

<sup>4</sup> [http://www.unl.pt/guia/2007/fe/UNLGIUnidadeOrganica\\_view](http://www.unl.pt/guia/2007/fe/UNLGIUnidadeOrganica_view).

- Canha, I., A. P. Barbosa e M. P. Barbosa (2006), "Clã de Professores", in AA.VV., *Memórias de Economistas – Entrevistas*, Lisboa: Edimpresa.
- Cardoso, J. L. e J. Reis (2011), "Entrevista a Jaime Reis por José Luís Cardoso", *Análise Social*, 46(2): 484-499.
- Costa, L. F., P. Lains e S. M. Miranda (2011), *História Económica de Portugal (1143-2010)*, Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Fourcade, M. (2006), "The Construction of a Global Profession: The Transnationalization of Economics", *American Journal of Sociology*, 112(1): 145-194.
- Krugman, P. e J. B. Macedo (1979), "The economic consequences of the April 25th Revolution", *Economia*, 3(3): 455-507.
- Macedo, J. B. (1982), *Portfolio Diversification and Currency Inconvertibility. Three Essays in International Monetary Economics*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Macedo, J. B. (2017), "Elogios e Memórias de economistas – e não só. Parte 1: depois da crise", *INOVA Working Paper*, 612.
- Mäki, U. (1996), "Economic Thought on the Outskirts: Toward a Historiographical Framework for Studying Intellectual Peripheries", *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 14: 307-323.
- Mata, J. (1995), "A Investigação em Economia em Portugal: 1980-1994", *Economia*, 19 (2): 73-98.
- Mirowski, P. e D. Plehwe (coords.) (2009), *The Road from Mont Pèlerin – The Making of the Neoliberal Thought Collective*, Cambridge MA. Harvard University Press.
- Nunes, M. J., A. de Sousa, J. A. Girão, A. C. Silva e J. B. Macedo (1977), "A economia portuguesa em debate", *Economia*, 1 (1): 155-174.
- Reis, J. (2012), "Economics: A social science under pressure", *Portuguese Journal of Social Science*, 11(1): 31-39.